

CAPÍTULO 1

O que é e para que serve?

Prós e contras do método comparado em Ciência Política

Bruno Bolognesi

Antes de chegarmos a uma definição, provisória e limitada, de política comparada, é preciso que eu apresente ao leitor o ambiente, a vizinhança em que nos embrenhamos para poder qualificar política comparada como uma metodologia, isto é, como um modo controlado de produzir conhecimento dentro da Ciência Política.

Neste capítulo, apresento uma introdução à política comparada em três movimentos. No primeiro, logo abaixo, tento definir, com base na literatura, o que é política. Em seguida, defino o que é política comparada e aponto brevemente os principais métodos para realizar comparações entre casos: os métodos da semelhança e da diferença. A seção seguinte aborda os tipos de estudos comparados, suas principais características e até onde eles permitem chegar. Na quarta parte, apresento as vantagens, limites e soluções possíveis para problemas clássicos ao se fazer política comparada e, por fim, concluo o texto com uma proposta para que a área se desenvolva no país.

1. O QUE É POLÍTICA?

Então, o que é política? Política está relacionada com decisões humanas, e a Ciência Política se dedica a entender as tomadas de decisão. Contudo, nem todas as decisões são políticas. Algumas são sociais, outras econômicas, outras psicológicas etc. Não são, portanto, o foco da Ciência Política. Esta está interessada nas decisões que são “públicas e dotadas de autoridade”¹. Públicas no sentido de que

¹ “Public and authoritative”, no original (Newton e Van Deth, 2010).

não se referem às esferas privadas de nossas vidas, mas à separação – ainda que algumas vezes duvidosa – entre as ações coletivas que possuem relação com o governo e suas pontes de interações sociais. Decisões dotadas de autoridade são formuladas por pessoas a quem se reconhece o direito de emitir comandos, isto é, legítimas, e que produzem decisões abrangentes e obrigatórias, às quais temos que nos submeter mesmo que não concordemos com o seu conteúdo. São decisões que são tomadas por grupos e pessoas que possuem formalmente poder de coerção e das quais se espera que suas decisões sejam respeitadas e seguidas. Portanto, *política* refere-se a decisões formuladas por uma autoridade legítima, que estão relacionadas ao controle público em um determinado país ou território. Fazer Ciência Política, assim, significa compreender como e por quem são tomadas tais decisões para cumprir quais objetivos (Powell et al., 2015, p. 27-28).

2. O QUE É POLÍTICA COMPARADA?

Esclarecida a primeira “parte” do conceito, então por que devemos pensar em termos comparados para entender política?

Conhecer um país não diz muito acerca da natureza de tais tomadas de decisão. Não é possível avaliar se as consequências ou causas observadas ocorrem em função daquele arranjo de poder ou se são fruto de variáveis ocultas (*confounders*) ou mesmo de outras condições ali encontradas. Ainda que a perspectiva observacional seja capaz de traçar conclusões a partir de confrontações com a teoria ou com o acúmulo de achados empíricos, é na política comparada que se consegue elevar o controle e chegar a conclusões robustas sobre os processos que regem as decisões políticas. As razões para isso são as seguintes.

Em primeiro lugar, porque não existe um conceito, ou um achado sobre governo, comportamento político ou instituições políticas que seja absoluto. Não conseguiremos entender nosso próprio país se não formos capazes de estabelecer comparações sobre o quão nossa democracia é mais participativa ou leva a políticas públicas eficientes, para ficar em exemplos simples, se não olharmos para outros países. Em segundo lugar, para fazer esse exercício comparativo, precisamos entender como a história, as instituições e o contexto nos países ajudam a entender determinado fenômeno ou processo que desejamos explicar. Por fim, generalizações a partir de um caso único são muito difíceis de serem bem-sucedidas. Quando tratamos de política, então, apenas a com-

paração poderá fornecer parâmetros para estabelecermos métricas adequadas e validar nossos achados (Newton e Van Deth, 2010).

É importante comparar, sobretudo, porque temos a tendência a naturalizar os achados sobre nossos casos – com frequência, países, mas não necessariamente, como se vê no capítulo 2 deste livro – e acreditamos que as conclusões que tiramos sobre nosso ambiente podem ser facilmente “exportadas” para outras organizações, sistemas políticos ou culturas, seja geográfica e/ou temporalmente. Conhecer o que nos é estranho, seja por meio da história, da cultura ou das instituições de um país, pode ser somente uma curiosidade, uma ilustração para entender outrem. Entretanto, se queremos estabelecer comparações para chegar a conclusões científicas e ter como objetivo propor relações causais, entram em cena os controles metodológicos. Nesse sentido, a comparação é, antes de tudo, controle de variáveis. Comparar exige que adotemos procedimentos e critérios para garantir que aquela semelhança ou aquela diferença encontrada entre nossos casos de interesse não seja fruto do acaso.

A ideia, então, é que a comparação sirva ao propósito de ir além da vontade de conhecer e seja capaz de traçar conclusões generalizáveis sobre determinados processos e relações políticas. Normalmente, os estudos que buscam estabelecer relações de causalidade são apresentados como relações condicionais: se A, logo B; se X, então não Y; os chamados *if then statements*. Essas formulações apontam para relações entre variáveis que sugerem que a ocorrência de um fenômeno leva à existência de outro ou que, quando algo ocorre, impede-se uma possível consequência. O problema é que esse modo de racionar está quase sempre ligado à possibilidade de se realizar experimentos reproduzíveis, quase sempre de difícil realização na Ciência Política. Imagine, por exemplo, se seria possível reproduzir um fato histórico determinante para o funcionamento de um sistema político em um país qualquer, como uma revolução, um golpe militar ou uma guerra. Não conseguimos pensar em cientistas políticos capazes – ainda bem – de reproduzir uma guerra.

No entanto, o que podemos fazer é lidar com experimentos naturais, condições diferentes que ocorrem naturalmente no mundo. Por exemplo, podemos, ao isolar uma variável explicativa, tentar verificar se os efeitos dessa variável sobre uma outra de interesse ocorrem mesmo se outras tantas interferirem nessa relação. Podemos pensar nos efeitos que diferentes sistemas eleitorais têm sobre a quantidade de partidos de um país (Duverger, 1998). Assim, imagine-se um grupo de países em que todos eles contêm um sistema partidário formado por

múltiplos partidos, sendo este o fenômeno a ser explicado; imagine-se ainda que esses países não tenham nada em comum, apenas um sistema eleitoral proporcional de lista aberta. Seria, então, essa a variável explicativa do multipartidarismo desses países, segundo o método da semelhança.² Esse método constitui-se por uma comparação entre casos que são muito diferentes entre si e que partilham poucas variáveis, exceto pela presença do fenômeno ou resultado que se quer explicar e uma variável explicativa (Mill, 1984; Perissinotto, 2013; Samuels, 2013).

Contudo, o problema encontrado no método da semelhança é que não é possível pensar em casos em que o fenômeno a ser explicado não ocorra, no nosso exemplo, o número de partidos. Por exemplo, podemos pensar que sistemas majoritários tendem ao bipartidarismo – parte da já batida Lei de Duverger. Mas um crítico poderia apresentar um caso em que o bipartidarismo ocorra sem que se tenha um sistema eleitoral majoritário. Teríamos, então, um problema no método da semelhança, de viés de confirmação da variável dependente, dado que todos os nossos casos levam ao mesmo resultado. Como não há alteração da variável dependente, testar relações causais robustas se torna um obstáculo. A fim de corrigir isso, Mill sugere o chamado *método da diferença*.

Esse método caracteriza-se por estabelecer um procedimento em que casos partilham condições combinadas, mas não completamente equivalentes. São escolhidos casos positivos e casos negativos. Os casos positivos contam tanto com a condição (a variável independente) quanto com o fenômeno a ser explicado (a variável dependente). Nos casos negativos, tanto o fenômeno a ser explicado quanto o fator explicativo estão ausentes, de modo que, ao examinarmos a condição em todos os casos positivos, podemos afirmar que a existência daquela condição específica (ou seja, uma condição diferente em relação aos casos negativos) gera determinada ocorrência (Perissinotto, 2013).

Se um exemplo no qual o fenômeno sob investigação ocorre e um exemplo no qual ele não ocorre têm todas as circunstâncias em comum, exceto uma, aquela circunstância que ocorre apenas no primeiro exemplo [...] é o efeito ou a causa do fenômeno (Mill, 1882, p. 256).

Ou seja, a variável independente ocorre somente nos casos positivos, sendo o suficiente para explicar a ocorrência de determinado fenômeno (Landman,

2 O termo original, em inglês, é *method of agreement*. Usamos aqui a tradução sugerida por ... (2013) como *abstração terminológica comum*.

O que é e para que serve?

2005). O método da diferença, ao contar com um “grupo de controle” para verificar a existência da relação entre variável independente e dependente, é o que mais se aproxima do método experimental e tende a aumentar a validade intrínseca do método e dar maior robustez às conclusões potenciais, aumentando a sua força relativa de explicação.³

QUADRO 1

RESUMO DOS MÉTODOS DA DIFERENÇA E DA SEMELHANÇA

O método comparativo	
Método da semelhança	Quando vários casos partilham de um fenômeno e têm uma única condição em comum, então, tal condição é a causa do fenômeno
Método da diferença	Determina a causa ao encontrar uma condição que está presente quando o fenômeno ocorre, mas está ausente em casos semelhantes quando o fenômeno não ocorre

Fonte: Samuels (2013, p. 16).⁴

O método da diferença e o método da semelhança são também sinônimos de “desenho de sistemas de máxima semelhança” (MSSD, na sigla em inglês) e “desenho de sistemas de máxima diferença” (MDSD, na sigla em inglês), respectivamente (Przeworski e Teune, 1970). Ambos baseiam-se na tipologia inicial de Mill (1882), acima resumida. O MSSD tem por objetivo comparar “sistemas”, ou um conjunto de casos, que partilham características a fim de destacar algumas diferenças e neutralizar outras. Também busca identificar características-chave que são diferentes entre países (casos) semelhantes e que possuem um *outcome*, um fenômeno de interesse. O MDSD, por seu turno, compara países que não possuem semelhança, a não ser pelo *outcome* a ser explicado e uma ou duas características que serão o fator explicativo deste.

O quadro 2 esclarece a distinção entre os dois métodos. As críticas a estes são as mesmas que cabem aos métodos da semelhança e da diferença de Mill. O

3 Os “métodos” aqui apresentados são simplificações e escolhidos como os exemplos elementares da área de política comparada. O leitor interessado encontrará variações, modificações e técnicas de coleta de dados que complexificam o fazer da política comparada para além do propósito deste texto. Para um apanhado sobre tais variações, recomenda-se a parte I deste volume e ver Collier e Mahon Junior (1993), Landman (2005) e Ragin (1987).

4 A tradução do quadro, originalmente em inglês, é livre e feita por mim.

primeiro, da maior semelhança, aponta que os países possuem as mesmas características a, b e c. Alguns países, 1 e 2, possuem o mesmo fator explicativo x e, também, o mesmo fenômeno y. Contudo, o país 3 não possui nem o fator explicativo x nem o *outcome* y. Assim, a presença ou a ausência do fator explicativo (x) bastaria para afirmar que a diferença entre os semelhantes é suficiente para explicar o fenômeno. Já no MDSD, os países partilham apenas um fator explicativo, mas são diferentes em todas as outras características. A semelhança de um fator entre países diferentes seria então a explicação para o fenômeno em comum (y).

QUADRO 2

DESENHOS DA MÁXIMA SEMELHANÇA (MSSD) E DA MÁXIMA DIFERENÇA (MDSD)⁵

	MSSD Máxima semelhança			
	País 1	País 2	País 3	País 3
Características	a	a	a	a
	b	b	b	b
	c	c	c	c
Fator explicativo	x	x	não x	x
Outcome a ser explicado	y	y	não y	y

Fonte: Landman (2005, p. 28).

Como se vê no quadro acima, o método comparado e seu uso em Ciência Política oferecem um grau de confiabilidade em suas conclusões que poucos outros métodos podem oferecer quando operacionalizado rigorosamente.

Em linhas gerais, o que se busca com a comparação é poder estabelecer relações, ainda que não diretas, entre variáveis explicativas e explicadas, sendo, portanto, um esforço de controle para poder estabelecer generalizações e causalidades. Para isso, fazer as perguntas adequadas é essencial. A política comparada sempre colocou grandes questões que eram produtos de seu tempo

⁵ A tradução do quadro, originalmente em inglês, é livre e feita por mim.

⁶ Na tipologia de Mill (1882).

⁷ Na tipologia de Mill (1882).

(Samuels, 2013). Quando das grandes guerras do século XX, a política comparada perguntava-se sobre o que teria levado à ocorrência do fascismo e do nazismo como ideologias totalitárias nacionalistas. Ao mesmo tempo, queria entender de que modo outros países passaram por revoluções socialistas, como a russa (1917) e a chinesa (1949), e quais foram os determinantes políticos e econômicos que conduziram a esses acontecimentos. Hoje, a Ciência Política comparada tem-se dedicado a entender, por exemplo, quais configurações institucionais favorecem a representação de mulheres nos legislativos, se esse é um fenômeno explicado pelo sistema político ou se são as condições sociais e econômicas que promovem a ascensão de políticas femininas. A política comparada tem encontrado atualmente maior dificuldade em se estabelecer como método viável de pesquisa, na medida em que o mundo tem-se transformado muito rapidamente e variáveis tecnológicas e de comunicação têm alterado a dinâmica das transformações políticas no mundo todo. Em resumo, a política comparada tenta responder às suas questões de pesquisa de forma controlada, estabelecendo hipóteses e explicações sobre o mundo político, isto é, o mundo em que se situam as instituições em torno das quais se disputa a autoridade publicamente legitimada. E o argumento não é apenas fruto da curiosidade, seja pessoal ou científica, mas também *underpinned* por uma hipótese – ou um conjunto delas – sobre o mundo real (Samuels, 2013, p. 13).

Além do aspecto científico e metodológico, por que realizar estudos em política comparada? Em primeiro lugar, porque torna o mundo mais interessante. Passa-se a conhecer, ainda que de forma não completa e nativa, outros países,

outras histórias, comportamentos, instituições e culturas. Para citar Wiarda (2007, p. 19): porque é “divertido e interessante”! Segundo, porque nos ajuda a superar o etnocentrismo, a nossa incapacidade de enxergar o mundo senão por meio de nossa própria experiência. Em terceiro lugar, porque nos ajuda a entender de que forma os países mudam, quais soluções por eles adotadas funcionam e em que condições. O que podemos aprender, por exemplo, sobre como diferentes países transitaram de regimes autoritários para democracias, ou, mais recentemente, quais os fatores que têm conduzido alguns países no caminho inverso? O método comparado talvez não responda a todas as perguntas possíveis para entender tais transformações, mas certamente nos ajuda ao estabelecer hipóteses testáveis. Em quarto lugar, fazer política comparada nos permite responder grandes questões que movem a disciplina há muitos anos. Por que alguns países se desenvolvem mais do que outros? Por que alguns paí-

ses não sofrem com abalos em suas democracias? Quais sistemas eleitorais são mais adequados para a representação de minorias? Por que partidos políticos da mesma família são tão organizacionalmente diferentes em países diferentes? O método comparado é utilizado de forma a oferecer respostas utilizando de forma a oferecer respostas, lançando mão de diferentes variáveis e oferecendo compreensão para as diferentes dimensões que essas questões podem ter.

3. QUAIS SÃO OS TIPOS DE ESTUDO EM POLÍTICA COMPARADA?

Segundo Newton e Van Deth (2010), podemos categorizar os estudos comparativos em cinco tipos diferentes: comparações globais; estudos entre regiões; estudos regionais ou *area studies*; estudos comparados de mais de dois casos; e estudos de caso único. Abaixo, resumo brevemente cada um destes, começando pelo último.

Estudos de caso único podem se referir a um único país, a uma única instituição como partidos políticos, parlamentos, exércitos, igrejas, a um processo decisório tal como comportamento eleitoral ou escolha do voto, ou a uma política pública específica, política econômica, política de bem-estar social ou qualquer outra que instigue a pesquisa. São normalmente estudos com lógica de outra natureza, que requerem menor investimento metodológico, financeiro e de tempo. Usualmente, são pesquisas que possuem um modelo teórico ou empírico em que o estudo de caso é comparado com a *big picture*. Por exemplo, são estudos que debatem um caso que ainda não foi examinado pela teoria. Os estudos sobre partidos políticos são exemplos que se encaixam bem. Com base nos achados sobre partido cartel na Europa ocidental, parte-se para saber se um país segue no mesmo caminho (Katz e Mair, 1994; Koole, 1996). Não é estudado mais do que um país, mas se dialoga com o achado teórico e empírico tirado de outro contexto. É comum que se conte com um *framework* conceitual que serve de comparação ou de aproximação para que o pesquisador espelhe seus resultados e faça comparações sem que chegue a estabelecer uma relação causal, mas possa ter como parâmetro outros achados a fim de ilustrar e tirar conclusões sobre o seu próprio caso. Esse tipo de desenho de pesquisa baliza a Ciência Política em estudos sobre países e permite que cheguemos a conclusões que vão além de descrições jornalísticas ou historicistas.

Estudos de dois ou mais casos são os que normalmente são classificados

timento em treinamento mais exigente do que a alternativa anterior. O primeiro problema é como acessar dados e conhecimentos sobre os países comparados. Obter informações não só sobre os dados que serão comparados, mas também sobre a história do país, o funcionamento de suas instituições ou aspectos culturais que podem afetar a escolha de variáveis, usualmente eleva o custo de preparo e condução da pesquisa. Além disso, envolve a tarefa de escolher casos adequados e garantir que perdas sejam contornáveis ao longo da pesquisa.

Estudos regionais, ou *area studies*, são dedicados a entender regiões que fornecem comparações “naturais”. Com frequência, encontram-se centros de pesquisa em universidades que carregam denominações como centro de estudos latino-americanos, estudos africanos, estudos da Eurásia, estudos asiáticos. Ou, ainda, divisões que tentam ser mais específicas, como Europa do sul ou do norte, Escandinávia, cone sul da América Latina, sudeste asiático etc. São tentativas de ganhar especificidade e estabelecer que tais regiões geográficas partilham traços institucionais, políticos e/ou culturais, além da proximidade territorial. Tais proximidades facilitam a comparação na medida em que podemos encontrar diferentes países partilhando características sobre seu passado histórico, língua, vocação econômica e sistema de governo, por exemplo. Isso permite que as comparações avancem para condições mais específicas e que se descartem explicações sobre aquilo que é comum aos países que compõem o grupo. Ou, ainda, que alguma variável partilhada por vários países possa ser pensada como uma condição que gere um fenômeno ali observado e que não se encontre em outras regiões do mundo. As características comuns podem ser tomadas como constantes, permitindo debruçarmo-nos sobre esses países na forma de um experimento, dando ao pesquisador capacidade maior de generalização do que entre regiões muito distintas uma das outras. O perigo aqui é tomar a região como um todo sem levar em conta a singularidade dos países envolvidos. Isso é especialmente comum, por exemplo, quando tratamos do Brasil e sua relação com os pares latino-americanos. De qualquer maneira, a comparação pode ser um antídoto contra esse perigo, já que ela permite ver não apenas semelhanças, mas também diferenças.

Já os estudos que comparam regiões têm a grande desvantagem de serem potencialmente muito caros, pois é preciso conhecer as características de mais de uma região no planeta. Além do custo financeiro, o custo acadêmico é elevado e gera a necessidade de mobilizar diferentes instituições e pesquisadores de

várias regiões, de modo a diminuir os custos de aprendizagem. Para além disso, as vantagens e as desvantagens se assemelham aos estudos regionais.

Por fim, as comparações globais têm ocorrido cada vez mais e tendem a facilitar políticas públicas conduzidas por organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Usualmente, tais pesquisas estão preocupadas com grandes tendências mundiais e comparações entre regiões para estabelecer, por exemplo, relações entre classe social e desigualdade, desenvolvimento económico e consolidação democrática, ondas de democratização ou de ascensão do autoritarismo, entre outras questões. Além do problema partilhado com os estudos entre regiões, o problema aqui é a dificuldade em estabelecer uma explicação causal possível, já que são muitos casos diferentes uns dos outros, países com complexidades próprias e que possuem possivelmente alguma característica que não foi notada ou escolhida entre tantos casos.⁸ A inclusão de muitos casos pode causar dificuldades para que o mesmo conceito seja aplicado e mensurado, o que Sartori (1994) chamava de *conceptual traveling*; ou levar a problemas de validade conceitual, diminuindo a capacidade de explicação de um conceito específico quando aplicado em contextos muito variados (Landman, 2005, p. 26).

4. VANTAGENS, LIMITES E SOLUÇÕES PARA O USO DO MÉTODO COMPARATIVO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Apresento a seguir três vantagens do método comparado e algumas ilustrações de seu uso em nossa área para facilitar na compreensão. Adicionalmente, detelho também os principais limites colocados pelos teóricos do método e soluções aventadas para superá-los. O leitor perceberá que, em que se pesem os prós e contras, lidar com situações adversas é a norma em qualquer pesquisa científica, e que as soluções aventadas são indicativos do que é razoável fazer.

⁸ Newton e Van Deth ainda listam um sexto tipo, os “estudos temáticos”, que tratariam de temas como profissionalização política, organização partidária, papel do Estado, de forma comparada. Não coloco este desenho de pesquisa junto aos demais na medida em que me parece estranho que algum pesquisador não possua um tema de interesse e então parta para a escolha de casos. Não faria sentido olhar para os casos sem algum tema ou objetivo de pesquisa ligado a um tema teórico. Portanto, acredito que este seja apenas mais um problema de qualquer desenho de pesquisa comparada ou não. A mesma classificação de tipos de estudos comparados aqui apresentada pode ser encontrada em Landman (2005).

É comum, quando se fala em política comparada, entender comparação como sinônimo de estudo comparado entre dois ou mais países, identificados como pesquisas do tipo *cross-national* (Newton e Van Deth, 2010).⁹ No entanto, cientistas políticos podem comparar de formas bastante diferentes, como vimos acima. As comparações podem ocorrer geograficamente, territorialmente, entre países, entre regiões, entre organizações ou entre grupos de interesse, além de outras possibilidades. Se você está interessado em saber, por exemplo, quais são os determinantes do comportamento eleitoral em diferentes grupos religiosos, então não é necessário recorrer a comparações entre países. Religiões diferentes, presentes no mesmo país, podem inclusive facilitar comparações, na medida em que partilhem de uma estrutura económica e social comum. Ou seja, é possível operacionalizar política comparada sem mobilizar comparações entre países. É importante comentar, porém, que comparações dentro de um único país podem limitar nossas pesquisas. Se, por exemplo, estamos interessados em saber quais são os efeitos de diferentes sistemas eleitorais usados em um mesmo país¹⁰ na coordenação eleitoral, será impossível fazê-lo se o sistema partidário for nossa condição de resultado, já que os partidos são os mesmos em todo o país, isto é, não variam. Já numa comparação entre países, poderemos saber tanto sobre os efeitos do sistema eleitoral como do sistema partidário e também da possível interação entre ambos, como proposto por Sartori (1980). A primeira grande vantagem da pesquisa comparada, portanto, é que ela é capaz de abrir o leque de hipóteses e conclusões possíveis como nenhum outro método é.

A segunda grande vantagem do método comparado é que ele incentiva o pesquisador a levar em consideração o contexto como fator explicativo, ainda que parcialmente, na compreensão do fenómeno de interesse. Os estudos que descrevem as suas unidades de análise, os seus casos, não são somente úteis para dali selecionar quais serão as variáveis que formarão o *set* de comparação. A descrição é importante também como fonte de pesquisa para outros autores, pesquisas futuras que tentem atingir “maiores níveis de explicação” (Landman, 2005, p. 4).

⁹ O que é diferente de se estudar a interação entre dois países, objeto normalmente ligado à disciplina de relações internacionais (Wiarda e Skelley, 2007, p. 20).

¹⁰ Sobre isso, ver Guarnieri (2015), que trata da comparação entre os sistemas majoritário e proporcional e seus efeitos na coordenação eleitoral no Brasil.

Como um terceiro ganho, os comparativistas, ao classificarem seus casos, simplificam o mundo e aumentam nossa capacidade cognitiva de compreender problemas complexos. Talvez o exemplo mais clássico sobre esse mecanismo sejam as diversas classificações que tratam do tema central da Ciência Política: a democracia. As classificações em democracias liberais, democracias eleitorais, democracias restritas, oligarquias competitivas, democracias majoritárias ou consensuais são capazes de traduzir uma complexidade de variáveis em categorias que agrupam realidades distintas por meio desses tipos de fácil compreensão (Elgie, 1998; Levitsky e Way, 2002; Lijphart, 2003).

Por outro lado, alguns problemas podem se tornar obstáculos incontornáveis se não os identificamos antecipadamente. Apresento seis deles em seguida, alguns de caráter mais filosófico ou epistemológico sobre a natureza da comparação e da pesquisa empírica de forma geral.

O primeiro é que aquilo que pode ser mensurado é menos interessante de ser estudado. Uma das principais críticas ao método comparado é que os fenômenos estudados são de pouco interesse para a vida das pessoas e que os achados são sempre superficiais e pouco importantes. Para parte dos críticos, a política comparada seria incapaz de lidar com questões profundas, como os traços culturais, os valores políticos ou as práticas informais que regem determinados acontecimentos e são imensuráveis. Mas, ao mesmo tempo, a não ser que abandonemos os objetos privilegiados da Ciência Política, nenhum outro método de pesquisa será capaz também de transparecer as condições gerais para a ocorrência de tais questões: a estrutura de incentivos em que elas se dão. Serão sempre análises restritas ao nível micro e sem pretensões de explicar grandes movimentos. Por exemplo, na relação já bastante discutida entre desenvolvimento e democracia, o método comparado terá dificuldade em mensurar as motivações individuais e os aspectos específicos de cada país que levam ou não à democracia. Será capaz, porém, de apontar, com segurança, quais condições estão presentes ou ausentes nos países comparados e, assim, elucidar relações causais.

Por exemplo, os estudos comparados têm dificuldade em tratar de valores (Newton e Van Deth, 2010, p. 5). Por mais que exista uma longa tradição em se usar *surveys* de forma a comparar valores entre países (Inglehart, 1971; Rose, 2002) os desenhos de pesquisa nesses trabalhos não são comparativos. As comparações são resultado de achados diferentes e aglutinações entre países e regiões, não são a premissa metodológica que orienta a coleta de dados. Inúmeras pesqui-

sas dessa natureza nos são úteis, gerando bases de dados como as do World Values Survey (WVS),¹¹ Latinobarómetro¹² e Latin American Public Opinion Project (LAPOP)¹³, entre outras. A utilização do método comparado pode ser feita *a posteriori*, mas os comparativistas encontrarão dificuldades em estabelecer desenhos de pesquisa que tentem captar valores subjetivos. É possível, com o WVS, realizar comparações entre os valores políticos da Dinamarca e de Angola. Mas qual seria o sentido de tal comparação? Mera curiosidade? A coleta de dados pode ser ampla e contar com um tema específico, no exemplo usado, cultura política. Os critérios para comparação podem ser firmados após essa coleta. Contudo, só farão sentido se tivermos um fenômeno de interesse a ser explicado e se utilizarmos critérios que permitam estabelecer relações causais, como os apresentados nos métodos da “maior similaridade” e da “maior diferença”.

Um segundo limite da pesquisa comparada consiste em dizer que os países (ou casos) são sempre únicos e irreplicáveis, o que faz da comparação uma empreitada impossível. A célebre comparação de “laranjas com maçãs” seria o problema de qualquer pesquisa comparada (Sartori, 1991, 1994). Segundo tal lógica, seria impossível pensar que o financiamento político da Dinamarca guarda qualquer semelhança com a forma como os suecos subsidiavam seus partidos. Ou que os processos de industrialização no Brasil guardam similaridade com o que ocorreu na vizinha Argentina. Mas as evidências históricas não apontam nesse sentido. O sistema de cotas de gênero, por exemplo, foi estabelecido na América Latina em forma de “contágio”, começando na Argentina em 1991 e seguindo para México e Costa Rica em 1996, para o Brasil e vários outros países em 1997 e, finalmente, para a Colômbia em 2011, o último país da região a adotar o sistema. O mesmo ocorre com os processos de financiamento político público, que têm início no Uruguai e, em seguida, ocorrem na Costa Rica e se espalham para os vizinhos como alternativa para partidos e candidatos (Casas-Zamora e Zovatto, 2015). Ou seja, é comum que países copiem práticas e tomem exemplos uns dos outros. Isso ocorre também em outros continentes. Na Europa, por exemplo, os sistemas eleitorais proporcionais, iniciados na Bélgica de 1900, rapidamente se espalharam e tomaram conta dos países da região (Bol et al., 2015).

¹¹ Ver <https://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>. Acesso em: 22 jul. 2021.

¹² Ver <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>. Acesso em: 22 jul. 2021.

¹³ Ver <https://www.vanderbilt.edu/laopop/>. Acesso em: 22 jul. 2021.

O ponto central para essa importação de medidas políticas é que os países têm similaridades. Ainda que guardem especificidades, os traços mais gerais permanecem. Ou seja, é absolutamente possível dizer que o que importa aqui é o nível de comparação, mais do que os casos de escolha. O nível de comparação é exatamente a escolha de variáveis a que o pesquisador procederá. Se quisermos comparar países, não seremos capazes de fazê-lo se olharmos para especificidades no nível micro, como valores ou motivações individuais. Por outro lado, não encontraremos terreno fértil se escolhermos como fator explicativo algo muito geral, como o capitalismo na Europa. Podemos imaginar que faça muito sentido, por exemplo, comparar os partidos social-democratas ou democratas cristãos no velho continente, onde partidos políticos apresentam uma trajetória comum e partilham de características organizacionais já bastante evidenciadas. Mas o mesmo movimento seria feito com menor segurança se estivermos pesquisando países que incluem a América Latina, onde possuímos poucos casos em que os partidos são fortes, a ponto de falarmos em similaridades e diferenças de famílias de partidos (Mair e Mudde, 1998; Ennsner, 2010; Elff, 2013) transnational links, ideology, name. Isso não quer dizer que não se possa comparar partidos na América Latina, mas é o nível de comparação que se deve observar, ao invés de descartar possíveis comparações. Uma forma de resolver tal problema é tratar não dos partidos políticos em si, que apresentam sentidos diferentes para a vida política a depender da região. Mas, talvez, para quais são as condições que levaram ao estabelecimento de partidos fortes na Europa e partidos fragilizados na América Latina. Uma explicação oferecida para esse fenômeno é o predomínio do parlamentarismo lá e do presidencialismo aqui. O primeiro fortalecendo a lógica de nomeações e soluções governativas por dentro do partido, e o segundo, incentivando o personalismo focado na figura dos candidatos presidenciais (Desposato, 2006; Samuels e Shugart, 2010).

Outro limite a que o pesquisador deve estar atento é que o método comparado, diferentemente de outros métodos em ciências sociais, é determinístico, e não paramétrico. Ainda que os resultados sejam apresentados em forma probabilística, a ideia central é que os métodos comparados sejam capazes de oferecer uma “causação adequada” (Weber, 1999), em que a presença ou a ausência de determinada causa afete a probabilidade de ocorrência de um resultado. É preciso, no entanto, salientar que a querela entre determinação ou probabilidade se dá na quantidade de casos que são incluídos na pesquisa. Enquanto os estu-

dos quantitativos – com N grande¹⁴ – estão preocupados com a probabilidade de que uma variável qualquer afete a variável dependente, um estudo do tipo *variable-oriented*, as comparações qualitativas – com N pequeno ou médio – são *case-oriented* e preocupadas em verificar a presença ou a ausência de determinada condição nos casos para a ocorrência do resultado, sendo mais bem entendidos como estudos do tipo determinístico.

É uma metodologia de pesquisa que se mostra menos eficaz para chegarmos a leis¹⁵ sobre o mundo político. Os enunciados são usualmente no sentido de que determinada condição aumenta a probabilidade de ocorrência do fenômeno Y, ou que a variável independente diminui a chance de ocorrência da variável dependente. Dificilmente será possível “cravar” que A causa B. Isso decorre de alguns fatores. O primeiro é que o comportamento humano possui uma alta carga de imprevisibilidade, diferentemente do que acontece na física ou na química. Também porque nós somos incapazes de selecionar todas as *confounders* que podem exercer influência na trajetória de um acontecimento. Ou, ainda, essas variáveis podem estar combinadas no sentido de que A interage com X, que interage com Y e, dessa interação, resulta B. “Os comparativistas demonstram apreço por palavras como ‘tendências’, ‘em boa parte das vezes’, ‘na maior parte dos casos’, ‘provavelmente’, ‘possivelmente’, ‘em uma boa percentagem de casos’” (Newton e Van Deth, 2010, p. 6). Esses termos anunciados em um *handbook* de referência na área resultam bem o espírito dos estudos comparados. Mas esse não é um problema exclusivo e tampouco que censure a comparação. O método comparativo, como qualquer outro, possui seus limites. Reconhecer esses limites é parte do processo de produção científica.

Em quarto lugar, talvez a grande desvantagem do método comparado seja o acesso aos dados. Se estudar um país já consome uma quantidade de tempo, dinheiro, recursos humanos e estrutura de pesquisa, fazer isso para países que pouco conhecemos onera a empreitada ainda mais. Isso ocorre em grande medida porque os países não possuem dados organizados sobre suas instituições e menos ainda sobre traços culturais de sua população, o que é

¹⁴ Para um debate completo sobre seleção dos casos e as implicações de estudos com diferentes tamanhos de universo (N), ver o capítulo seguinte deste volume.

¹⁵ Para uma revisão sobre as diferenças entre leis políticas, como a “Lei de Duverger” e a “Lei de Ferro das Oligarquias”, e regularidades e hipóteses, ver o debate terminológico de Sartori (2006).

especialmente verdade para países com baixo desenvolvimento ou países pobres, mas não é exclusividade deles. Tavits (2013), ao pesquisar sobre países do leste europeu nos regimes pós-comunistas, deparou-se com dificuldades para encontrar dados sobre a organização interna de partidos, o que levou a autora a excluir alguns casos de seu recorte inicial. O acesso aos dados pode ser uma fonte de preocupação legítima, principalmente para pesquisadores em início de carreira que não contam com grandes redes colaborativas, estudantes e cientistas de países periféricos. Além disso, pesquisas comparadas demandam longo tempo investido. Isso pode ser um problema sério para pesquisadores sem tempo, imersos em afazeres administrativos, como os exigidos pelas universidades públicas no Brasil, e sem recursos financeiros fornecidos por agências de fomento.

A equivalência (a dificuldade em validar conceitos em diferentes contextos) é com frequência mencionada na literatura como outro problema que demanda ao mesmo tempo algum nível de abstração e especificidade para que a comparação faça sentido. Os indicadores do que significa participação política em um país, para ficar num exemplo trivial, podem ser muito diferentes dos encontrados em outro. Greves no Brasil e na Itália são movimentos da sociedade civil ou de organizações sindicais? Protestos na Ucrânia ou nos Estados Unidos possuem o mesmo sentido? Ou ainda, base social de um partido político pode significar, ao mesmo tempo, a faria de eleitores de determinada classe social que vota em uma legenda ou então pode ser o envolvimento de movimentos sociais organizados nas decisões de uma agremiação (Scarow, 1996; Lupu, 2013). A participação política pode tomar então contornos completamente diferentes a depender dos indicadores que utilizamos para mensurá-la. O problema aqui não é especificar conceitos que sejam teórica e terminologicamente iguais em lugares diferentes, mas que sejam equivalentes para que a comparação tenha sentido (Sartori, 1994). Segundo Landman (2005), há três abordagens para lidar com essa situação: i) a posição universalista; b) a posição relativista e; c) a posição intermediária.

A posição universalista sustenta que, se um conceito deve ter utilidade teórica e empírica, ele deve possuir o mesmo sentido e indicadores de mensuração em qualquer lugar do mundo. Por exemplo, alguns analistas afirmam que classes sociais são entidades universais, coletivos econômicos em conflito, presentes em todas as sociedades complexas. A posição relativista argumenta que o significado de qualquer conceito é dado pelo contexto local e que, portanto, qualquer esforço comparativo é, no limite, impossível. Usualmente,

os conceitos de cultura política ou valores cívicos sofrem desse problema, já que a percepção acerca do pertencimento a uma instituição, a uma nacionalidade ou a uma ideologia é contextualmente definida e, por conseguinte, singular. Sartori (1994), em alguma medida, ainda que de forma moderada, partilha dessa percepção ao chamar atenção para o *conceptual stretching*, vício teórico em que os conceitos são esgarçados para caber em qualquer contexto. A posição intermediária, por sua vez, sustenta que os comparativistas não devem abandonar seus conceitos, mas, sim, serem sensíveis para adaptá-los ao contexto local sem que se perca sua especificidade teórica. Para fazer tal operação com sucesso, uma das recomendações é que os estudos comparados lidem com conceitos que possuam níveis de abstração mais elevados; de modo que entendimentos específicos de um caso ou país não ofusquem a compreensão mais geral do conceito ou da variável. A elevação da abstração é uma ferramenta que permite que os estudos sejam mais inclusivos, enquanto sua diminuição produz análises mais excludentes. Se tomarmos variáveis que tentem mensurar processos de desenvolvimento econômico, poderemos incluir mais países do que se usarmos uma que tente medir a industrialização. Isso porque os países podem se desenvolver por meio de práticas agrícolas ou de prestação de serviços. Assim, um conceito mais abstrato, como desenvolvimento, tende a ser mais inclusivo do que a industrialização. O mesmo pode-se dizer se imaginarmos a diferença entre presidencialismo de coalizão e governos multipartidários. O primeiro abarca apenas sistemas de governo presidencialistas, que necessitam de formação de acordos legislativos para seu funcionamento. O segundo dá conta tanto de presidencialismos quanto de semipresidencialismos e parlamentarismos que utilizam a formação de acordos entre múltiplos partidos para governar. Novamente, o segundo tende a ser mais inclusivo do que o primeiro e permite que o conceito viaje e seja mais bem traduzido em diferentes contextos e arranjos institucionais.

Recomenda-se, ainda, que os pesquisadores tratem de uma menor quantidade de países que conheçam em profundidade, de modo a evitar incluir na análise categorias que possuam significados distantes. Isso também evita que fatores importantes para a explicação de um fenômeno passem despercebidos na busca de comparações superficiais e rápidas, mas que deixem de lado um fator explicativo ignorado por desconhecimento. O conhecimento local, portanto, evita que *gaps* apareçam entre a mensuração no contexto local e o conceito teórico.

Para lidar com o problema da equivalência, é possível ainda que se conte com um time de especialistas locais que possam traduzir com precisão aquilo que se quer medir. Nina Wiesehomeier, na pesquisa *Political Representation, Executives, and Political Parties Survey*, utiliza experts locais em partidos políticos para realizar ajustes em conceitos, perguntas, mensurações e termos na aplicação de questionários para cientistas políticos que colaboram avaliando a ideologia e o programa de partidos e governos em diversos países ao redor do globo.

Chave para todos esses problemas é realizar uma especificação cuidadosa dos conceitos, uma bem-pensada construção dos indicadores que operacionalizam os mesmos, a aplicação zelosa dos indicadores mensuráveis de acordo com os múltiplos contextos e conhecer suas limitações (Landman, 2005, p. 41).

Um problema comum a qualquer tipo de pesquisa, mas que é especialmente sensível na política comparada, é o viés de seleção. É sensível porque, enquanto muitos métodos mobilizados na Ciência Política preconizam a aleatoriedade na seleção de casos, a maioria das pesquisas que usa o método comparado escolhe intencionalmente seus casos. A seleção de casos, quando aleatorizada, não observa de antemão os resultados entre os grupos observados. No método comparado, o resultado, o *outcome*, faz parte da seleção e é conhecido mesmo antes da coleta de dados. O viés de seleção em política comparada ocorre quando a seleção de casos não é randômica ou quando o pesquisador deliberadamente seleciona casos que reforçam sua hipótese ou teoria (Collier, 1995). É possível que isso ocorra também quando o pesquisador seleciona seus casos baseado somente na sua variável dependente (King et al., 2000), gerando um viés de confirmação em que falta um grupo controle de casos no qual não ocorra o fenômeno. Dito de outro modo, uma pesquisa pode chegar à conclusão de que um conjunto de características é o mais importante para explicar um determinado *outcome*, ou pode ignorar outras variáveis explicativas. Em ambas as situações, o estudo levará a falsas inferências se fizer uma escolha enviesada de casos.

Há ainda problemas mais específicos, como relações espúrias e falácias ecológicas e individualistas. O leitor interessado poderá encontrar os detalhes e possíveis soluções para lidar com essas dificuldades no capítulo seguinte deste manual. Os problemas apresentados aqui estão resumidos no quadro 3.

QUADRO 3
RESUMO DOS PRÓS E CONTRAS DO MÉTODO COMPARADO
EM CIÊNCIA POLÍTICA

Tipo de estudo comparado	Prós	Contra
Comparação de vários países (<i>global studies</i>)	Colera de muitos dados Baixo viés de seleção Grande capacidade de generalizações Identifica casos desviantes	Dificuldade de equivalência Difculdade na coleta de dados Conclusões genéricas Alto consumo de tempo Exigência de uso computacional e matemático
Comparação de dois ou mais países (<i>comparative method</i>)	Controle da seleção de casos Possibilidade de diferentes esquemas explicativos (MSSD; MDSD) Teoricamente responsivo Reduz o risco de <i>conceptual stretching</i> Permite descrição compreensiva Permite uso de técnica configuracional e macro-histórica (ver capítulos específicos)	Inferências e generalizações menos seguras Mais propenso a viés de seleção Exige imersão no campo (contexto, língua, história)
Estudo de caso único	Conhecimento em profundidade sobre o caso Interpretação a partir do contexto local Útil para a formulação de hipóteses Permite explicar casos desviantes Útil para teste de teorias	Baixa capacidade de generalização Alta probabilidade de viés de seleção Exige imersão no campo (contexto, língua, história)

Fonte: Adaptado de Landman (2005, p. 55).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo tentou apresentar um sumário introdutório ao universo da comparação em Ciência Política. Começando pelo primeiro passo, as definições de política e política comparada mostram que os ganhos metodológicos para compreensão de “grandes perguntas” pesam mais em favor de uma forma de fazer pesquisa preocupada em oferecer vantagens em termos de generalização e causalidade. Ainda que a pesquisa, quando feita comparativamente, apresente algumas dificuldades, o aprendizado que ela proporciona em muito supera o tempo e os custos dispendidos para colocar em pé um desenho de pesquisa nesses moldes.

Em linhas gerais, os tipos de estudo que a Ciência Política comparada permite são mobilizados de uma forma ou de outra por qualquer pesquisador. Ainda que se esteja estudando um caso único, será sempre através da comparação com achados e teorias desenvolvidas sobre outros casos e países que nossas conclusões serão formuladas. Nesse sentido, o método comparado é um dos mais promissores para contribuições teóricas, já que possui capacidade de traçar considerações que vão além da especificidade de um objeto limitado pelo tempo ou pelo espaço.

A escolha de desenhos possíveis, de um até vários casos, dependerá sempre da pergunta a ser respondida. Os estudos globais ou regionais serão sempre mais limitados do ponto de vista explicativo, mas, no caso dos regionais, terão o potencial de oferecer condições constantes, garantindo que a comparação tenha grande alcance. Já os estudos de dois ou mais casos, os estudos comparados clássicos, terão menor potencial para conhecer traços gerais simultaneamente e nem sempre mostrarão algo sobre os aspectos fundamentais de uma construção “natural”, América Latina, Europa, Oriente Médio etc., como os estudos regionais. Por outro lado, são esses desenhos de pesquisa que nos facultam maior poder explicativo e causal. Os métodos da semelhança e diferença, assim como suas adaptações mais modernas, são escolhas promissoras para comparar casos e traçar conclusões robustas sobre o fenômeno que queremos explicar.

Ainda que existam muitos problemas e dificuldades operacionais, tentei apontar soluções ao alcance do iniciante em pesquisa comparada em Ciência Política. Mas todas elas parecem confluir sempre para certo senso prático de não tornar a pesquisa hiper-relativista, valorizando apenas as

especificidades locais, nem universalista, tentando explicar um fenômeno sem considerar as diferenças de contexto, história e arranjo institucional nos nossos casos. Esse equilíbrio dificilmente será atingido apenas por meio da leitura desse ou de vários outros textos dedicados à introdução do método. A prática será o fator preponderante para que o bom senso entre relativismo e universalismo torne a pesquisa viável e permita conclusões bem calçadas.

Por fim, é importante lembrar que, dados os altos custos na formação, manutenção, financiamento e execução de pesquisas em política comparada, é fundamental que passemos a pensar em investimento institucional de longo prazo. O livro que o leitor tem em mãos é um primeiro esforço no sentido de que a metodologia e a prática da Ciência Política comparada ganhem terreno no país. Mas qualquer avanço nessa direção dependerá também do desenvolvimento de uma mentalidade comparativa que valorize o método, estimule seu ensino nas pós-graduações e graduações da área e reconheça suas peculiaridades, notadamente quanto às formas de publicação, além, com não menos importância, das oportunidades de financiamento.

REFERÊNCIAS

- Bol, Damien et al. “The international diffusion of electoral systems: the spread of mechanisms tempering proportional representation across Europe”. *European Journal of Political Research*, v. 54, n. 2, p. 384-410, 2015.
- Casas-Zamora, Kevin e Zovatto, Daniel. “The cost of democracy: campaign finance regulation in Latin America”. *Policy Brief*, 2015.
- Collier, David. “Translating quantitative methods for qualitative researchers: the case of Selection Bias”. *American Political Science Review*, v. 89, n. 2, p. 461-466, 1995.
- ____ e Mahon Junior, James. “Conceptual ‘stretching’ revisited: adapting categories in comparative analysis”. *American Political Science Review*, v. 87, n. 4, p. 845-855, 1993.
- Desposato, Scott W. “The impact of electoral rules on Legislative Parties: lessons from the Brazilian Senate and Chamber of Deputies”. *Journal of Politics*, v. 68, n. 4, p. 1.015-1.027, 2006.

- Duverger, Maurice. "A influência dos sistemas eleitorais na vida política." In Cruz, Manuel Braga da (ed.). *Sistemas eleitorais: o debate científico*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1998. p. 115-154.
- Elff, Martin. "On the distinctiveness of party families." Paper presented at the 71th Annual Conference of the Midwest Political Science Association. Chicago, p. 1-34, 2013.
- Elgie, Robert. "The classification of democratic regime types: conceptual ambiguity and contestable assumptions." *European Journal of Political Research*, v. 33, n. 2, p. 219-238, 1998.
- Enns, Laurenz. "The homogeneity of West European party families: the radical right in comparative perspective." *Party Politics*, v. 18, n. 2, p. 151-171, 2010.
- Guarnieri, Fernando. "Voto estratégico e coordenação eleitoral: testando a Lei de Duverger no Brasil." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 30, n. 89, p. 77-92, 2015.
- Inglehart, Ronald. "The silent revolution in Europe: intergenerational change in post-industrial societies." *American Political Science Review*, v. 65, n. 4, p. 991-1.017, 1971.
- Katz, Richard e Mair, Peter. *How parties organize: change and adaptation in party organizations in western democracies*. London: Sage Publications, 1994.
- King, Gary et al. *El diseño de la investigación social: la inferencia científica en los estudios cualitativos*. Madrid: Alianza Editorial, 2000.
- Koole, Ruud. "Cadre, catch-all or cartel? A comment on the notion of the Cartel Party." *Party Politics*, v. 2, n. 4, p. 507-523, 1996.
- Landman, Todd. *Issues and methods in Comparative Politics: an introduction*. 2.º New York: Routledge, 2005.
- Levitsky, Steven e Way, Lucan. "The rise of competitive authoritarianism." *Journal of Democracy*, v. 13, n. 2, p. 51-65, 2002.
- Lijphart, Arend. *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.
- Lupu, Noam. "Party brands and partisanship: theory with evidence from a survey experiment in Argentina." *American Journal of Political Science*, v. 57, n. 1, p. 49-64, 2013.
- Mair, Peter e Mudde, Cas. "The party family and its study." *Annual Review of Political Science*, v. 1, n. 1, p. 211-229, 1988.
- Mill, John Stuart. *A system of logic, ratiocinative and inductive: being a connected view of the principles of evidence, and methods of scientific investigation*. New York: Harper & Brothers, 1882.
- _____. *Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- Newton, Kenneth e Van Deth, Jan W. *Foundations of comparative politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- Perissinotto, Renato. "Comparação, história e interpretação: por uma ciência política histórico-interpretativa." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 83, p. 151-165, 2013.
- Powell, George Bingham et al. *Comparative Politics today: a World view*. Essex: Pearson, 2015.
- Przeworski, Adam e Teune, Henry. *The logic of comparative social inquiry*. New York: John Wiley & Sons, 1970.
- Ragin, Charles C. *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Berkeley: University of California Press, 1987.
- Rose, Richard. "Medidas de democracia em surveys." *Opinião Pública*, v. 8, n. 1, p. 1-29, 2002.
- Samuels, David. *J. Comparative politics*. New York: Pearson, 2013.
- _____. e Shugart, Matthew Soberg. *Presidents, parties and prime ministers: how separation of powers affects party organization and behavior*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- Sartori, Giovanni. *Partidos y sistemas de partidos*. Madrid: Alianza Editorial, 1980.
- _____. "Comparing and miscomparing." *Journal of Theoretical Politics*, v. 3, p. 243-257, 1991.

- _____. "Comparación y método comparativo". In Sartori, Giovanni e Morlino, Leonardo (ed.). *La comparación en las Ciencias Sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1994. p. 29-50.
- _____. *La política: lógica y método en las ciencias sociales*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- Scarrow, Susan. *Parties and their members*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- Tavits, Margit. *Post-communist democracies and party organization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- Weber, Max. *Economía e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UnB, 1999.
- Wiarda, Howard e Skelley, Esther M. *Comparative politics: approaches and issues*. Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers, 2007.

CAPÍTULO 2

Quanti e quali:
as implicações da escolha do objeto
e do número de casos para a análise comparada

João Carlos Amoroso Botelho

O número e a seleção de casos e suas implicações são aspectos essenciais para qualquer estudo comparado. Uma seleção enviesada de casos que confirmem a hipótese de trabalho direciona os resultados da análise e compromete sua validade, assim como o número de casos influi sobre quais opções metodológicas são viáveis para a realização da comparação.

De modo a se aprofundar nas implicações das escolhas que o(a) pesquisador(a) faz para definir o desenho da sua pesquisa, este capítulo começa com a apresentação de conceitos e elementos básicos, como dimensão de análise, caso, variável, observação e nível de análise. As seções seguintes discutem os fatores envolvidos na escolha do objeto de estudo, dos casos e do método de comparação, as implicações do desenho de pesquisa e os problemas que podem afetar os estudos comparados. O capítulo termina com as considerações finais e algumas proposições sobre o exercício da comparação.

CASOS, VARIÁVEIS E OBSERVAÇÕES

Na política comparada, os casos são os objetos da comparação. É comum que os casos selecionados para estudos comparados sejam países. Há até quem defina, como Landman (2011), que os casos são, necessariamente, países, mas comparações também podem ser feitas com outros objetos de estudo, como movimentos sociais, municípios, partidos, períodos históricos, órgãos de governo e políticas públicas. Nesses exemplos, os casos não correspondem necessariamente a países e podem ser provenientes de um único ou de mais de um país. É mais